

Política

Contas

GOVERNO. A conselheira Soraia Vítor, relatora das contas do último ano do Governo Cid Gomes, vai insistir na questão do superávit primário do Estado



Gastos

PESSOAL. Soraia, agora, sem ser relatora, promete renovar a discussão sobre as despesas com a folha do Estado, e os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal

POSSÍVEIS IRREGULARIDADES

Contratos do Estado vão ser auditados pelo TCE

As contratações foram firmadas com empresas investigadas na Lava-Jato para equipamentos públicos

O Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE) determinou a realização de auditoria para averiguar possíveis irregularidades em contratos realizados por órgãos estaduais com empresas investigadas na Operação Lava-Jato. A decisão unânime foi tomada na sessão plenária da última terça-feira (16), após apresentação do voto do conselheiro relator, Valdomiro Távora.

A partir de agora, a Secretaria de Controle Externo (Secex) deve iniciar o trabalho de coleta de informações e visitas "in loco", para averiguar se há indício de irregularidades em obras realizadas pelo Governo do Estado nos últimos anos.

Dentre os equipamentos que serão averiguados, de acordo com o conselheiro Valdomiro Távora, estão o Acquário Ceará, o Castelão, o Centro de Eventos do Ceará e até mesmo o Centro de Formação Olímpica do Nordeste, que, apesar de ter recebido a maior parte de investimentos federais, teve uma parcela de recursos estaduais.

Segundo Távora, a Corte de Contas poderá requisitar informações aos órgãos de controle afins, a exemplo do Tribunal de Contas da União (TCU), caso ache necessário. O conselheiro explicou que o processo teve origem em representação formulada pelo Ministério Público junto ao TCE, após indícios de irregularidades averiguados pelo Departamento de Polícia Federal (DPF) e pelo Ministério Público Federal (MPF), que se estenderiam aos Estados nos procedimentos de dispensa ou inexistência de licitação em contratos e na celebração de aditivos com empresas citadas na Operação Lava-Jato.

O procurador de Contas, Gleydson Pinheiro, foi quem primeiro demonstrou preocupação com a situação e, no fim do ano



Segundo o conselheiro Valdomiro Távora, a Corte de Contas poderá requisitar informações a órgãos de controle afins, como o TCU. FOTO: BRUNO GOMES

Contratos do Acquário Ceará, do Castelão, do Centro de Eventos e do Centro de Formação Olímpica estão na mira do Tribunal

passado, elaborou a representação que teve como relator o conselheiro Valdomiro Távora. Este apresentou parecer favorável ao documento encaminhado para o Pleno, que acatou a representação por unanimidade. A Secex, dentro do plano anual de fiscalização, realiza fiscalizações das contas do Governo, e foi solicitado que isso ocorra dentro de um plano de inspeção nas empresas envolvidas na Lava-Jato.

Sem indícios

"É importante frisar que, até o momento, não temos qualquer indício de irregularidade. Mas queremos ver como estão as contratações, e se as licitações ocorreram de forma correta. O Pleno deliberou por unanimidade e

agora faremos um cronograma para essa auditoria", destacou o conselheiro.

A Secretaria de Controle Externo é quem vai acompanhar todos os processos referentes às construtoras envolvidas na Operação da Polícia Federal. Após as investigações será realizada uma análise das contratações, processo licitatório e pagamentos. "O Tribunal fará uma auditoria e o relator levará ao pleno para saber se há irregularidades ou não", detalhou Távora.

O Centro de Formação Olímpica, segundo ele, teve muitos recursos de ordem federal, o que permitirá que a investigação seja feita pelo Tribunal de Contas da União. No entanto, mesmo com poucos recursos estaduais, é preciso averiguar os repasses do dinheiro. "Mesmo as obras passadas, como Castelão, que foi tocada pela empresa Galvão Engenharia, o Centro de Eventos e o Acquário serão fiscalizados. Em seguida faremos análise de tudo isso", adiantou.

Questionado sobre a demora para que o TCE tomasse a iniciativa, o conselheiro destacou que isso só aconteceu após a repre-

sentação feita pelo Ministério Público de Contas, no fim do ano passado. "Eu passei a presidência (do TCE) para o (conselheiro) Edilberto (Pontes) em janeiro, e já levei para o Pleno essa questão", defendeu.

Prioridade

O presidente do TCE, conselheiro Edilberto Pontes, destacou que o trabalho de combate à corrupção é o ponto crucial da instituição, argumentando, que o órgão vem atuando de forma preventiva, solicitando mudanças quando averiguadas licitações com irregularidades, e também "quando o leite derramou", com punição.

Ao *Diário do Nordeste*, ele ressaltou que tem procurado aproximar o TCE da população e disse que até o fim do primeiro semestre pretende realizar um debate entre sociedade e Tribunal.

Economia

Trabalho de auditoria já executado pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará deve garantir uma economia de R\$ 29,2 milhões aos cofres públicos. O montante total a ser economizado ao erário foi verificado após análise em uma amostra de 16 licitações para a compra de materiais betuminosos, cujo certificado técnico aponta economia da ordem de R\$ 25,1 milhões.

A Superintendência do Departamento Estadual de Rodovias (DER) foi um dos órgãos que receberam orientação do Tribunal para a adoção da tabela Seinfra na aquisição de materiais betuminosos, respeitando o limite de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) a 15%, não linear a todos os itens dos custos diretos, em conformidade com os valores divulgados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP).

A Corte de Contas destacou também, em sua decisão, que não se pode adicionar qualquer outro percentual, especialmente os 2% correspondentes à contribuição previdenciária sobre a renda bruta, por já estar embutida no índice de 15%, que é estipulado como teto para o bônus e despesas indiretas.

SERVIÇO DA COELCE

Parlamentares se reúnem com a Arce

Após discussões no Plenário da Assembleia a respeito de falhas no serviço prestado pela Companhia Energética do Ceará (Coelce), o presidente do conselho da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (Arce), Adriano Costa, foi ontem à Casa Legislativa. Acompanhado do conselheiro Hélio Winston Leitão, ele se reuniu com os deputados Roberto Mesquita (PV), Carlos Matos (PSDB), João Jaime (DEM) e Evandro Leitão (PDT) para discutir problemas que haviam sido apontados no dia anterior.

A reunião aconteceu em uma das salas de apoio, ao lado do Plenário, onde, em alguns momentos, parlamentares e representantes da agência se desentenderam. Roberto Mesquita, munido de fatura recebida de um consumidor da Companhia Energética, mostrou que a empresa estaria fazendo cobrança dupla. "Ela cobra imposto sobre imposto e com isso o resultado final fica muito além do que deveria ser. Isso é um crime praticado contra a boa fé dos consumidores. Isto está mais do que claro e a Arce até hoje não fez a Coelce devolver o que cobrou a mais em suas contas", apontou.

Também esteve na pauta da reunião a demora para o atendimento de novas ligações, espe-

O presidente da Arce, Adriano Costa, reconheceu falhas no serviço da Coelce, especialmente em relação a atrasos de novas ligações

cialmente na zona rural. De acordo com João Jaime, irrigantes chegam a esperar por mais de seis meses pelo atendimento. "Isso inviabiliza a produção agrícola do Ceará, trazendo prejuízos àqueles que fazem girar a roda da economia", argumentou.

Além da irrigação, a instalação de poços profundos também estaria sendo prejudicada. A informação foi repassada pelo deputado Carlos Matos. "É um absurdo que até mesmo escolas públicas estejam funcionando com uso de geradores porque a Coelce não faz a ligação da energia, acarretando mais gastos para o Estado", expôs.

Ajustamento

Depois de ouvir as colocações dos parlamentares, o presidente da agência reguladora reconheceu a existência de falhas, principalmente no que diz respeito a novas ligações. "Temos um delay (atraso) de 18 mil ligações que não estão sendo feitas. Diante disso, a Arce já fiscalizou e autou a empresa em aproximadamente 20 milhões de reais", disse Adriano Costa.

Segundo o presidente, a Arce já teria feito uma proposta de



Roberto Mesquita (PV) chegou a levar uma fatura à reunião para alegar cobrança dupla. FOTO: JOSÉ LEOMAR

Termo de Ajustamento de Conduta para a Coelce zerar os pedidos de novas ligações, mas esta não teria sido acatada. Diante das reclamações, afirma Adriano, já está agendada para o próximo dia 26 a vinda de dirigentes da Anel a Fortaleza para reunião com a presidência do grupo proprietário da Coelce e a Arce. Os parlamentares pediram cópia da ata da reunião realizada entre Anel, Arce e Coelce.

Ainda com data a ser definida, ficou acertada uma segunda reunião entre a comissão de parlamentares com a Arce, na sede da agência. Também foi proposta a criação de uma frente parlamentar para acompanhar os serviços prestados pela Coelce. Conforme Evandro Leitão, a ida do presidente do conselho da agência reguladora à Assembleia mostrou respeito mútuo da entidade com os parlamentares e com a sociedade cearense.

"Ela (Arce) faz um bom trabalho, acompanhando os serviços prestados, mas sobretudo há uma situação que é a da população estar ou não sendo lesada, o que o presidente se comprometeu a avaliar", disse.

Vereadores

As críticas feitas na Assembleia, na terça-feira, sobre o serviço prestado pela Coelce foram comemoradas, ontem, na Câmara Municipal de Fortaleza, que conta com uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar possíveis irregularidades cometidas pela empresa.

O vereador Robert Burns (PTC), membro da CPI da Coelce, destacou a alegria em ter visto que diversos deputados se mobilizaram contra aos casos de irregularidade da Companhia. Robert destacou que o deputado Roberto Mesquita apontou a necessidade de ocorrer uma mudança, pois os cearenses não desistem do serviço da Coelce. "Não serve mais para o povo essa Coelce. Trago essas questões para que a gente abra os olhos do que está acontecendo", declarou.

MUNICÍPIOS CEARENSES

Novos limites poderão se tornar lei

A deputada estadual Fernanda Pessoa (PR) afirmou ontem que, até o fim deste semestre, os novos limites municipais serão reconhecidos e transformados em lei pela Assembleia Legislativa do Ceará. As novas definições são fruto de trabalho desenvolvido por meio de convênio entre a Assembleia, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Agrá-

rio do Ceará (Idace), a Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará (Aprece) e a União dos Vereadores do Ceará (UVC).

"O Atlas de Divisas Municipais Georreferenciadas do Ceará é de grande importância para os gestores públicos, pois apresenta um panorama de como estão divididos os espaços territoriais de cada município, o que vai permitir uma melhor administração das cidades", disse Pessoa, afirmando que a última consolidação territorial e adminis-

trativa do Estado foi feita em 1951, quando no Ceará existiam apenas 95 municípios. "Hoje já são 184 cidades", lembrou.

Fernanda Pessoa reforçou que a Assembleia cearense é a segunda Casa Legislativa no Brasil a realizar este trabalho. A primeira foi a de Santa Catarina. Além de atualizar a base cartográfica do Estado, segundo ela, o trabalho ajudará na constatação de problemas referentes às divisas e dará suporte técnico para possíveis soluções. "O resultado

que deve ser apresentado mais detalhadamente por esta Casa apresenta um panorama da atual situação territorial do Estado, mostrando as áreas já estudadas, e também identifica onde foram constatados problemas e apontar soluções", explicou.

A deputada ressaltou que o projeto "poderá ajudar também na tentativa de emancipação de pelo menos de 30 novos municípios no Ceará", no entanto, não modifica nenhum dos limites nos municípios cearenses.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTROLE DE CONTAS
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2015
PROCESSO N.º 11319/2015

AVISO
A Comissão de Licitação da Assembleia do Estado do Ceará comunica aos interessados que realizará, no dia 03 de março de 2016, o Pregão Eletrônico nº 32/2015, com Abertura das Propostas às 14h e Início do Pregão às 14h30min, horário de Brasília, cujo objeto encontra-se especificado a seguir:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM VEÍCULOS DA LINHA RENAULT, PRESTADORA DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, PERTENCENTES À FROTA DESTA PODER LEGISLATIVO, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS, EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na sede desta Assembleia, sito na Av. Desembargador Moreira, 2807, Edifício Senador César Cals, sala 504, 5º andar, nos dias úteis, em horário comercial. Outras informações poderão ser obtidas através dos sites www.al.ce.gov.br e www.licitacoes-e.com.br.

O PREGOEIRO
Fortaleza, 17 de fevereiro de 2016.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO CEARÁ - COREN/CE
EDITAL PARA NOTIFICAÇÃO DE DEVEDORES - Nº 05

O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO CEARÁ - COREN/CE, no uso de suas atribuições legais, notifica, pelo presente, os inscritos abaixo relacionados, dispostos por inscrição no COREN/CE, por categoria, para que compareçam, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, a contar da presente publicação, na sede do COREN/CE ou em suas Subseções, para tratar de assunto relevante e de seu interesse, uma vez que se encontram em lugar incerto e não sabido. O não comparecimento ocasionará a inscrição dos débitos em Dívida Ativa, nos termos da legislação em vigor.

ENF. INSC: 023580;051933;066467;067728;082945;094957;096225;139287;202622.
TEC. INSC: 008261;060674;075111;091480;099534;107108;111342;155038;158641; 202240; 211633;216879;233121;248095;257218;294260;314817;337734;341253;349522; 375682;411815;412869;446199;682418;1043841.
AUX. INSC: 019106;038013;066034;082800;120830;122675;129462;140131;149724; 160083; 164655;164675;166332;167205;167224;176183;182544;183777;197080;216198; 218278;229474; 232112;242232;247648;251596;252755;253164;253202;259034;269864; 290406;290427;290444; 290800;300709;302990;303388;303721;324287;350270;357052; 358645;358645;368627;373018; 377192;378329;385400;390921;406698;413116;413121; 414268;418191;421172;421172;423571; 431850;432030;432047;437045;437075;446103; 460853;461259;461275;466499;466503;471685; 476295;476338;476338;592247;596625; 596646;596662;596698;597194;597272;597274;604523; 604528;604539;605219;605423; 611793;611874; 612134;612261;617923;618073;620773;628521; 634707;634739;641875; 645702;654860;645578;656518.

Fortaleza(CE) 18 de fevereiro de 2016.
OSVALDO ALBUQUERQUE SOUSA FILHO
PRESIDENTE

NÁUTICO ATLÉTICO CEARENSE
Assembleia Geral Ordinária
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital e na forma do Estatuto Social vigente (art. 52 e seu parágrafo único), ficam convocados os sócios do **NÁUTICO ATLÉTICO CEARENSE**, maiores de 18 anos, que tenham 2 (dois) anos de admissão no quadro social e que sejam titulares das categorias Fundador, Grande Beneméritos, Beneméritos, Proprietários, Remidos, Contribuintes e Contribuintes Juvenis Maiores (art. 24, "a", c/c art. 3º, "a", "b", "c", "e", "f", "g" e "h"), em pleno gozo de seus direitos sociais, vedado o voto por Procuração (art.54) ou por qualquer outra forma de representação dos titulares, vivos ou falecidos, para a Assembleia Geral Ordinária, de acordo com o art. 47, destinada a eleger os Membros Efetivos e Suplentes do CONSELHO DELIBERATIVO para o biênio 2016/2018, em Primeira Convocação, no dia 26 de fevereiro de 2016, no período de 09 às 15 horas, na sede do Clube, na Avenida da Abolição, nº 2727, com a presença da metade, pelo menos, dos sócios e, em Segunda e última Convocação, no dia 29 de fevereiro de 2016, no mesmo período, com qualquer número.

Na conformidade do disposto no § 5º, do artigo 57, os interessados terão o prazo de até às 15 horas do dia 23/02/2016, para o registro em livro próprio das chapas na Secretaria do Clube.

Fortaleza, 18 de fevereiro de 2016
METON CÉSAR DE VASCONCELOS
Presidente do Conselho Deliberativo do Náutico Atlético Cearense